

Brasil pode perder condição de

José Roberto Serra —

domingo, 7/8/88 □ 1º caderno □ 31

8ª economia do mundo

Kido Guerra

As sucessivas quedas das taxas de crescimento da economia brasileira no ano passado e, de forma mais acentuada, agora em 1988, segundo estimativas oficiais, poderão provocar um fenômeno curioso, capaz de prejudicar até mesmo o discurso do governo. Medidas pela evolução do Produto Interno Bruto e marcadas por forte retração dos níveis de investimentos públicos e privados, que comprometem o desenvolvimento, essas taxas, projetadas a médio prazo — dois, três anos — indicam uma derrota: o Brasil poderá deixar de ser a tão propagada oitava economia mundial e perder um ponto no *ranking* para a Espanha, cuja economia tem crescido progressivamente nos últimos três anos.

Essa hipótese, avalizada sem questionamento pelo ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, que prevê outra alteração no *ranking* mundial a curto prazo — a Itália se tornará a segunda economia da Europa, no lugar da França — pode ser remota e suscitar polêmicas. Mas reflete a indiscutível crise na economia do país, que vem acompanhada da redução da capacidade de investir do setor público e da diminuição do volume de investimentos do setor privado.

“As empresas privadas não querem investir com capital próprio e, em vez de aproveitar o momento para avançar em projetos destinados à modernização do parque industrial, optaram pela aplicação no mercado financeiro”, alerta Luís Martins de Melo, diretor de Planejamento da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) que, assim como a maioria dos organismos do governo, tem perdido sua capacidade de financiar investimentos privados.

Queda nos investimentos — Um exemplo é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que, em 1988, apresentou uma queda real de 20% dos financiamentos à iniciativa privada, devido à limitação dos gastos do setor público. A Finep, que tem pedidos de projetos no total de US\$ 600 milhões, dispõe, este ano, de apenas US\$ 100 milhões para atender à demanda e financiar a modernização tecnológica da indústria, que, segundo Luís Martins de Melo, é vital para o desenvolvimento da economia.

“A redução de investimentos públicos e privados nesse setor comprometerá o crescimento econômico, além da produtividade e da eficiência”, observa Melo, que prefere verificar a questão sob uma ótica específica. Segundo ele, não se trata de querer atingir um crescimento genérico e extensivo da economia, “é preciso partir para o crescimento intensivo, voltado ao aprimoramento do que já existe. O problema é que os dois setores apresentam dificuldades”, afirma.

O superintendente da área de planejamento do BNDES, Júlio Mourão, enxerga outro estrangulamento — do setor elétrico — capaz de comprometer o crescimento da economia e tornar reais as projeções, embora prefira não raciocinar sob hipóteses. Para Mourão, são “difíceis” as comparações mundiais, mas ele admite que, “se o crescimento da economia espanhola se mantiver a longo prazo, a situação pode se inverter, caso o Brasil não recupere um ritmo razoável de crescimento”.

O quadro não chega a ser dramático, segundo Júlio Mourão, que prevê a manutenção, em 1988, das taxas de investimentos, sem que se repita uma queda como a registrada no ano passado, apesar da diminuição de 0,5% do nível do Produto Interno Bruto, como estima o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Só que a taxa de investimentos está congelada em relação a 1987, devendo se situar na faixa de 15,9% do PIB, bem próxima portanto, à verificada em 1984 (15,7%) e será a segunda menor desde o início da década de 70.

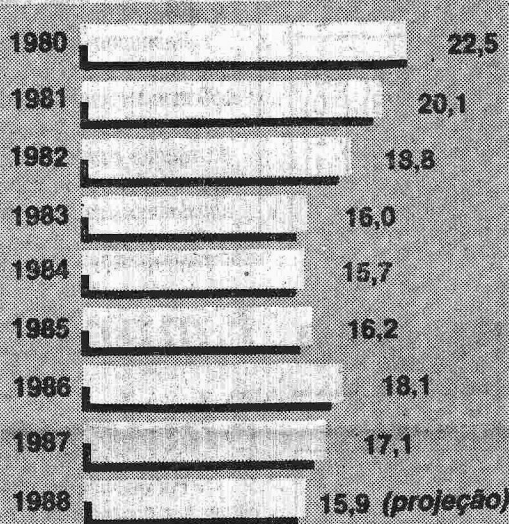
Estagnação — Essa redução é, em parte, provocada pela questão do déficit público, que zerou a capacidade de poupança do governo e reduziu significativamente seu volume real de investimentos segundo o economista Ricardo Markwald, do Instituto de Pesquisas da Seplan (Inpes). Ele destaca também a evasão do capital privado, através de uma simples equação matemática: o setor privado foi responsável em 1987



Simonsen: Espanha poderá passar à frente no ranking mundial

Isabela Kassow — 5/1/88

Taxa real de investimentos no Brasil (em %)



Mourão: comparações difíceis

pela totalidade da poupança interna (18% do PIB) enquanto investiu o correspondente a 8,5% do PIB, uma realidade que poderá se repetir este ano, em termos relativos. Ou seja, isso indica que o volume de recursos do setor privado não aplicado em novos investimentos — algo em torno de US\$ 24 bilhões — está na ciranda financeira.

O economista Cláudio Considera, do IBGE, confirma as estimativas de estagnação econômica, mas qualifica de secundária qualquer preocupação em torno do ranking mundial segundo o critério de se medir o crescimento da economia pela expansão do PIB, devido às dificuldades, no caso brasileiro, de se avaliar a produção de bens do chamado mercado informal — que não é contabilizado para se medir o volume e expansão do PIB. Confirma, porém, que a taxa de crescimento do PIB, este ano, poderá ser até negativa e — quanto a isso não dúvida — a terceira mais baixa desde 1970, superior às verificadas nos anos recessivos de 1981 e 1983.

Déficit público — Ricardo Markwald,

que é argentino, chegou a ironizar a questão do ranking. “Na verdade, o Brasil não pode ser considerado a oitava economia mundial, pois isso não reflete as reais condições de vida da população”. Mas observa que é imprescindível uma recuperação dos níveis de investimentos públicos e privados, através, basicamente, do reequilíbrio das contas públicas, ou seja, a redução do déficit público do governo.

Na atual situação uma recuperação da demanda — que se reflete numa parcela de composição do PIB —, através de uma recomposição do poder aquisitivo da população, o país não terá condições de atender a essa procura, segundo Markwald. Consequentemente, o outro fator de composição do PIB — a oferta, determinada pela capacidade produtiva — impedirá um crescimento efetivo da economia, concretizando, assim, as projeções que retiram do governo um trunfo sustentado desde os tempos do *milagre econômico*, por mais questionável e polêmico que ele seja. Isso, indiscutivelmente poderá ocorrer, sem uma reviravolta do processo econômico. É só uma questão de tempo.